

A importância das mulheres negras no Movimento Negro Brasileiro durante a Primeira República (1889-1930)

Lia Keller Ferreira da Costa¹

Resumo

Conciliar o objeto das relações de gênero às relações étnico-raciais na construção da historiografia brasileira esbarra em diversos empecilhos. Esta constatação é pontual ao observar os trabalhos acerca da Primeira República (1889-1930), onde são apresentadas poucas abordagens com a intenção de lidar com as temáticas em conjunto ao aqui determinado recorte temporal. Partindo destas perspectivas, é tomado como objetivo a compreensão da mulher negra como atuante neste contexto histórico. Reconhecendo as limitações historiográficas, que se colocam ainda correspondentes à eixos específicos deste recorte histórico-social, é necessário para a construção de conhecimentos sistemáticos as diversas pesquisas, análises e conclusões que tenham como finalidade a valorização e reconhecimento da importância do histórico da mulher negra na construção da sociedade.

Palavras-chave: mulher, racismo, historiografia.

The importance of black women in the Brazilian Black Movement during the Primeira Republica (1889-1930)

Abstract

To reconcile the object of gender relations to ethnic-racial relations in the construction of Brazilian historiography comes up against several obstacles. This observation is punctual when observing the works about the Primeira Republica (1889-1930), where few approaches are presented that intend to deal with the themes together with the determined temporal cut. Based on these perspectives, the objective is to understand the black woman as an actor in this historical context. Recognizing the historiographic limitations, which still correspond to the specific axes of the social-historical clipping, it is necessary for the construction of systematic knowledge the various researches, analyzes and conclusions that have as purpose the appreciation and recognition of the importance of the history of the black woman In the construction of society.

Keywords: woman, racism, historiography.

Introdução

O histórico da população negra no Brasil é alvo de uma diversidade de interpretações, constituindo um amplo legado de memórias. Esse histórico, geralmente,

¹ Discente do 7º período de Licenciatura em História da UFF - Universidade Federal Fluminense, bolsista do projeto PIBID - Memórias e Histórias de Campos dos Goytacazes.

relativiza o papel das mulheres negras nos processos de resistência das pessoas negras no Brasil. Suas ações são secundarizadas, sempre colocadas como menos relevantes ou de pouca magnitude no embate aos sistemas e instituições sociais que desvalorizavam a condição dos negros. Tanto no que se refere ao sistema colonial quanto ao que viria ser o sistema republicano, os estudos historiográficos atribuem às mulheres pouca ou uma secundarizada participação na organização dos movimentos sociais negros. É objeto do presente artigo visibilizar a importância dessas mulheres para a construção do embate ao racismo no Brasil durante a Primeira República. O que se coloca em consideração é o trabalho das organizações negras no período pós-abolição para a inserção do negro numa sociedade que as marginalizou de múltiplas maneiras, e a partir disso compreender no que foi fundamental o lugar da mulher nessa luta.

O momento destacado, de 1889 a 1930, comporta uma forte agitação política, principalmente pela substituição dos sistemas abrangentes sociais. De uma sociedade assentada em políticas coloniais do Império é consentida a transformação da sociedade em uma ordem Republicana. Nesse contexto, pessoas negras, antes inseridas na sistemática escravocrata, agora com a abolição e implementação de políticas liberais se viam encarando a própria sorte nas relações sociais. O ponto de vista enfatizado é no qual, as consequências dessa marginalização teria sido estas pessoas negras se conscientizassem das condições inferiores a que eram submetidos e com que eram tratados na organização social que estava sendo estabelecida, se posicionando e organizando uma resposta a esse "esquecimento" governamental diante das condições desses povos.

Ao analisar esse momento, vemos que a Frente Negra Brasileira foi a entidade que mais ganhou visibilidade na promoção desse embate (DOMINGUES, 2006). Entre os motivos, está o seu surgimento em São Paulo, cidade capital em crescimento acelerado, assim como assentando um palco de tensões políticas. A FNB chegou a contar com mais de 60 delegações distribuídas no próprio estado de São Paulo, e também com outras espalhadas por Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, articuladas em Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco. Estas organizações associadas à FNB, assim como outras autônomas, reuniam desempregados e diversos trabalhadores, mantendo bares, salões de beleza, de jogos, oficinas como de costura, além de oferecer assistência social como auxílio médico, hospitalar, farmacêutico, funerário. Mantinham comissões que resolviam problemas de moradia, de emprego – um exemplo são as articulações com o Departamento de Colocações Domésticas, que funcionava como uma agência de empregos. A Frente Negra Brasileira é destacada por ser a primeira entidade a denunciar sistematicamente o que era identificado como "preconceito de cor" (DOMINGUES,

2006), realizando um amplo trabalho de conscientização e mobilização em prol da luta negra, rompendo com o silêncio acerca das tensões nas relações raciais cotidianas e sistemáticas. Como ela, diversas entidades surgiam e se fortaleciam neste contexto, convocando as pessoas negras a cuidarem de si. A premissa era de que ao fazerem isso, ao lutarem pelos seus direitos, as pessoas negras também estariam lutando pelo país e pela nação. Uma perspectiva envolta pela preocupação com a identidade nacional, num momento de exacerbado nacionalismo.

Quando se aborda a questão do negro e insere nela discussão da educação, o ponto de partida em comum é o da denúncia (MULLER, 2003). Mostram-se a tamanha desigualdade da nação que se constituía quando se focaliza na questão negra, a partir de diferentes dados e fontes que mostram a disparidade a nível de trabalho, educacional e de qualidade de vida no geral. Entretanto aqui toma-se como perspectiva central os caminhos tomados pelas mulheres negras para a transformação das condições estigmatizadas das pessoas negras, sendo utilizado o método expositivo, baseando-se em outros estudos, para identificar o papel fundamental destas para o movimento negro brasileiro de 1889 a 1930.

O não-lugar do negro

Em 1889 é proclamada a República no Brasil. Um ano após a abolição da escravatura, o novo sistema político não garantiu emancipação material ou simbólica para as comunidades negras. Especialmente as formas de participação política marcaram uma marginalização do povo negro, sendo ela portanto social (com o sufrágio), psicológica (a partir das teorias científicas racistas de branqueamento vigentes na época), e econômica, devido ao preterimento desses no mercado de trabalho. Como resposta a esse quadro, pessoas negras livres, libertas e seus descendentes mobilizaram diversos meios de organização para enfrentamento dessa sociedade que era organizada "por cima, por e para as elites brasileiras, incluindo os povos negros num não-lugar no projeto de nação que vinha se constituindo" (MULLER, 2003, p. 03).

No contexto da Primeira República, no campo econômico é observada uma pobreza generalizada da população negra, sendo preterida em favor dos imigrantes para o mercado de trabalho. Na vida social, os estereótipos de uma sociedade recém saída da escravidão; no campo político, "uma reparação nunca vinda" (MULLER, 2003, p. 05). A agitação política do início do século XX, ao mesmo tempo que marcou uma intensa migração de pessoas negras para as grandes cidades - como São Paulo, devido ao crescimento acelerado destas, também assentou

um terreno favorável ao surgimento de diversos movimentos negros, como clubes, associações, organizações sindicais, grupos. Joel Rufino dos Santos (apud DOMINGUES, 2006, p. 102), define movimento negro por todas as entidades que visam à autodefesa física e cultural das pessoas negras, fundadas por negras e negros, como entidades de cunho religioso, assistencial, recreativo, ações de cunho artístico, cultural e político, de protesto anti-discriminatório; “toda a complexa dinâmica extemporânea ou cotidiana”. Junto com as novas entidades surge nesse momento da década de 1920 a imprensa negra (DOMINGUES, 2006), que reunia jornais elaborados e publicados por negros enquanto uma imprensa alternativa para empreender a luta contra o preconceito racial. Assim, se constituía na Primeira República um movimento negro de caráter político, denunciando as mazelas que afetavam a população negra em relação ao trabalho, a habitação, saúde e educação, incidindo no surgimento da Frente Negra Brasileira em 1931. Era marcado, nesse momento, um embate a essa sociedade ordenada pelas elites. A Frente Negra Brasileira foi a representação de uma resposta de articulação nacional, organizada em torno da identificação dos negros enquanto “raça”, que propôs uma participação direta das pessoas negras na política nacional. As capitais, devido ao ritmo acelerado estavam em constante transformação, o que favoreceu o intercâmbio de ações variadas, sendo criados núcleos de diversos tipos (DOMINGUES, 2006), como de lazer ou especificamente para o combate do preconceito, mas todos em prol da unidade das pessoas negras, formando ativistas e amplificando a conscientização em torno dessa luta.

A chegada de Getúlio Vargas no poder, com o golpe de estado de 1930, inaugurou um processo de polarização política no Brasil (CORTÊS, 2006). Entretanto, tanto as organizações políticas das elites quanto as organizações políticas de base popular não incluíam em seus programas a luta em favor da população negra. Marginalizados pelo sistema político tradicional, 43 anos após a abolição do sistema escravocrata oficial no Brasil e acúmulo de experiência dessa população, as organizações de movimento negro se consolidam enquanto integradores das pessoas negras nessa ordem social vigente. Tinham como principal ideal a inserção do negro como cidadão brasileiro, através da mobilização em massa dos negros contra o que era identificado como "preconceito de cor", sendo a Frente Negra Brasileira a entidade que mais adquiriu força política, e por isso a ênfase durante esta análise nesta organização. A magnitude da sua importância é vista quando se tem registro de que a entidade foi recebida em audiência pelo próprio presidente da época, Getúlio Vargas, em que foram conferidas algumas conquistas concretas, como a eliminação da prática que proibia o ingresso de negros na Guarda Civil. Contrapondo a ideia de que a sociedade brasileira teria sido formada pela composição

harmônica das “raças” branca, negra e indígena, a Frente Negra Brasileira foi essencial na participação da discussão sobre a falsa democracia racial, o ideal de nação e de povo brasileiro.

A continuidade da problemática racial

A transformação da sociedade brasileira, como analisada por Florestan Fernandes em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (apud CORTÊS, 2006), de uma sociedade estamental para uma sociedade competitiva, na verdade permitiu uma continuidade do "velho" no "novo", marcado pela permanência de padrões nas relações raciais já conhecidas entre negros e brancos no sistema anterior. Essa transformação escanteou a preocupação com a situação das pessoas negras, resultando num despreparo destes para o mercado livre, em que só eram a ele incorporados indivíduos dotados de determinadas maneiras e modelos de organização e comportamento que legitimavam a exclusão dos negros. A noção de que a liberdade dotava os negros de livre arbítrio para escolher a quais atividades se dedicariam, na verdade fortalecia o branco na competição pelo trabalho, enquanto negros encaravam a marginalização. Isso era devido, como colocado em *Quem é a "Gente Negra Nacional"?*, a uma emancipação apenas jurídica dos negros, sem um trabalho de educação, alfabetização. Ou seja, uma preocupação não com a “raça” subjugada, mas tendo a ver com outros interesses. Nesse contexto, surge uma compreensão da marginalização do negro no Brasil a partir do histórico social, substituindo a explicação assentada em fatores biológicos e deterministas. O racismo não seria só fruto de discriminação do branco para com o negro, mas responsabilizava-se o governo, sendo a omissão deste sobre a situação das comunidades negras uma forma de contribuir para o silenciamento de suas problemáticas. Esse quadro delimitou o campo de ação dos movimentos negros em toda a sua diversidade de organizações e composições, em que uma nação moderna republicana mal formada abria espaço para inquietação social, um desejo de mudança.

Nas décadas de 1920 e 1930, os movimentos negros expressariam mais um descontentamento com as políticas da República do que com a questão das pessoas negras numa situação estrutural mais universalizada marcada pelo racismo. Isso define e caracteriza o movimento negro da época, já que este pode ser aproximado à postura das diversas outras organizações atuantes no mesmo contexto, como o Integralismo, marcados pelo caráter nacionalista que incorporaram (CORTÊS, 2006). Apesar de diversas acusações as organizações negras, como a Frente Negra Brasileira, não adquirem um caráter separatista, no qual se organizavam mecanismos paralelos à sociedade dominante; pelo contrário, suas ações norteiam

investidas integracionistas. Mesmo sendo autônomas e reivindicando o protagonismo na luta antirracista, não se pensava a construção de uma nova sociedade, em novas bases, em que fossem reforçadas a divisão entre “raças”. As propostas, analisadas principalmente através dos jornais por eles mantidos como *A Voz da Raça*, *O Clarim d’Alvorada*, permeiam a união da comunidade negra e a adesão destes ao padrão de conduta social. O inimigo das pessoas negras, para as associações anti-racistas da época, seriam os governos oligárquicos e liberais republicanos, em suas tentativas de embranquecer o país (como pelo incentivo da imigração para a nação). Assim, a luta se centrava pela educação das pessoas negras, pela evolução do povo, ligando a luta negra a uma causa não puramente racial, mas uma causa da nação. A luta não tinha como pressuposto a quebra da ordem legal e moral, mas uma necessidade de harmonia do corpo nacional, o que não significava conformidade, mas ações autodeterminadas contra as políticas ineficientes. Para a Frente Negra Brasileira, a reivindicação política esbarrava no desinteresse da República e na falta de conscientização das pessoas negras, ambos incapazes de transformar a situação que era denunciada. Dessa forma, a tática seria a organização da construção de seu próprio caminho para a educação, formação e crescimento. O negro deveria tomar o comando de seu destino.

A crítica ao determinismo racial, vigente na virada para o século XX, deu lugar à educação como instrumento de superação das barreiras de criadas pelo preconceito e exploração racial. A marginalização do povo negro não era devido a uma suposta inferioridade racial, mas ao desinteresse do governo para que estes exercessem suas potencialidades. A educação tornaria a pessoa negra membro da civilização do nosso país. Assim, as associações anti-racistas se tornam veículo de intervenção em todos os aspectos da vida dos negros.

A educação como caminho de combate à exclusão

No século XX, a luta pelo direito à educação norteia o combate ao analfabetismo, por meio do incentivo aos negros e negras se educarem, através da criação de aulas, criação de cursos regulares, mesmo com toda a dificuldade que era enfrentada pelas organizações autônomas para os manter. Diferentemente do que acontecia no período colonial, era defendido que toda a população deveria ter acesso ao letramento. Mas o que vinha sendo reivindicado era uma posição contrária ao letramento que envolvia "um processo de aculturação, gerada pela visão cristã de mundo, organizada por um método pedagógico" de caráter repressivo que visava a "modelagem da moral cotidiana, do comportamento social" (GONÇALVES, 2000), que submetia os negros a um rígido controle, mas um projeto que se preocupasse em mudar o

destino desses. A instrumentalização e ensino que de fato inserissem o negro na sociedade, nos espaços decisivos, não que os mantivessem nas posições ainda submissas em relação às pessoas brancas. No contexto de mudanças sociais do início século XX, se constrói na cena política lutas contra as formas de dominação social, tendo mais visibilidade nas capitais e grandes cidades brasileiras.

A escolarização entre os homens negros do início do século XX, quando ocorria, era na fase adulta. As mulheres negras, por sua vez, eram encaminhadas a orfanatos, onde eram preparadas desde cedo para trabalhar como empregadas domésticas. Como colocado por Petronilha e Luiz Alberto (GONÇALVES, 2000), muitas ainda crianças já eram adotadas por famílias abastadas. Esse processo acabou por estigmatizar o lugar da mulher negra no mercado de trabalho, reforçando a visão ainda escravocrata de que estas deviam ocupar cargos cuja função era “servir”. Algumas interpretações afirmam que esse lugar destinado à mulher negra no século XX amenizou a problemática do desemprego que assolava a população negra. Foram as mulheres negras que mantiveram a maioria dos lares, porque era a garantia de emprego como domésticas que conferia a renda necessária para manter ela, seus cônjuges, filhos e familiares, na compra de mantimentos, pagamento de aluguel, arcar com todas as despesas domésticas. Com esse “lugar a ela destinado”, encontravam emprego mais facilmente que os homens negros, que passaram a perder espaço de trabalho com a chegada intensiva de imigrantes. Dessa forma, a necessidade de trabalhar afastava ambos, homens e mulheres negras, das escolas. Um dos caminhos que as organizações negras tomavam era o incentivo através de ações definidas e organizadas por estas entidades, como a aqui enfatizada Frente Negra Brasileira, à instrumentalização das pessoas negras para o trabalho. Era aconselhado aos pais que não deixassem de enviar seus filhos para as escolas, especialmente aquelas mantidas por professores negros; aos adultos, era incentivado que completassem e iniciassem os cursos, sobretudo, de alfabetização. Neste momento, ler e escrever era visto como requisito para a ascensão social. Defendia-se que ler poderia auxiliar na conquista de uma situação financeira estável. Esta posição era tomada especialmente para que fosse possível que as pessoas negras fizessem por si próprias a interpretação das leis, e, assim sendo, os negros e negras poderiam reivindicar seus direitos.

A imprensa negra refletia, de certa forma, uma importante dimensão da educação dos negros, a saber: educação e cultura apareciam quase como sinônimos na maioria dos artigos publicados pelos jornais militantes da época. Não só divulgavam cursos como também apresentavam a agenda cultural das

entidades. Nesta agenda, incluíam-se atividades do tipo: biblioteca, conferências, representações teatrais, concertos musicais e outros. (GONÇALVES, 2000)

Por meio de jornais (da anteriormente citada imprensa negra ascendente) eram circulados artigos que incentivavam os estudos, a instrumentalização para o mercado de trabalho, assim como divulgavam as escolas ligadas às entidades negras. Muitas das publicações eram destinadas às mulheres negras, em um combate à reconhecida inferioridade destas no mercado de trabalho. A questão que se visava combater também era a continuidade escrava - empregada doméstica a que estas mulheres estavam submetidas. As propagandas dos cursos, na década de 1930, convidavam as mulheres para aprender datilografia e costura, que na época era entendido como uma forma de complementação de renda àquelas que enfrentavam dificuldades de encontrarem emprego.

Uma das propagandas divulgada pelo *Clarim d'Alvorada*, referente a um curso de datilografia, dizia: "na vida ativa de nossos dias, mobilizando todos os seres capazes, não podia deixar (de fora) como elemento de primeiro plano, a mulher [...], principalmente aquela [que] pela instrução se tornou capaz para certos serviços como o homem". Buscava-se convencer os pais das vantagens de uma educação moderna e, só por si, capaz de libertar suas filhas de uma situação de manifesta inferioridade moral e material. (*O Clarim d'Alvorada*; 1935 apud GONÇALVES, 2000)

As mulheres negras e seu papel fundamental na mudança de perspectiva do futuro das pessoas negras

Sueli Carneiro analisa o papel das mulheres negras na sociedade brasileira (GONÇALVES, 2000), e defende que essas sabiam que não poderiam contar com escolas comuns para as auxiliarem em relação a educação. Sendo assim, como uma alternativa de superar a exclusão destas dos meios formais de ensino, algumas das que conseguiam se instruir entravam para a organização de cursos, onde enquanto professoras ofereciam aula à toda comunidade negra gratuitamente. A escola da Frente Negra Brasileira pode ser usada como exemplo, pois a mesma era formada por quatro classes de professoras (ARAÚJO, 2008). A escola fretenegrina mostra que, num momento em que se fazia fundamental a emancipação das pessoas negras no mercado de trabalho, para este fim era essencial a alfabetização. A alfabetização como fundamental principalmente por ser requisito para que se pudesse tirar o título de eleitor. Assim, além de ser explicitado a importância que assumia a alfabetização e a

preocupação com esta dos movimentos anti-racistas de época, o papel da mulher negra se torna primordial na luta em favor do negro. Essas foram essenciais, principalmente porque não abandonavam os seus

Nós, mulheres negras, militantes de movimentos [...] vivemos ainda em função da educação que nos é reservada [...] O homem crê ter o direito de abandonar a família. Quando não suporta a pressão econômica, fica louco. Mas as mulheres nem este direito têm. É ela que tem de assumir totalmente a situação, é dela que depende toda a nova geração. (PEREIRA, 1988; 41 apud GONÇALVES, 2000)

A mulher negra, sendo o sustentáculo das famílias negras, a partir do momento que se instruía, não deixava de encorajar um destino diferente aos seus. Se ela não tivesse orientação para formar as crianças e jovens, além de participarem ativamente dos cursos de alfabetização e ensino, mais empecilhos surgiam para educação destes com uma outra perspectiva de futuro daquela que enfrentava a maioria da população negra. Mas, o caso da maioria dessas mulheres, marginalizadas de qualquer letramento e instrumentalização, corroborava para a perpetuação de um sentimento de inferioridade no "meio negro" (CORTÊS, 2006), já que as mesmas eram frutos da sociedade racista que constantemente a inferiorizava e estigmatizava. As mulheres negras tinham um papel principal na educação dos mais novos, já que geralmente estavam sob seus cuidados ou influência. Nesse momento do Brasil República, entretanto, muitas mulheres negras que eram toda a vida empregadas domésticas, e as que ainda estavam para ingressar nessa sistemática, começaram a ser rejeitadas como domésticas pelas famílias. Surgiam anúncios do tipo "precisamos empregados, mas não queremos de cor" (CORTÊS, 2006, p. 104). Isso causou um impacto para essas mulheres, e juntamente com o momento de efervescência política, muitas delas se mobilizaram. Por outro lado, muitas famílias que entendiam a educação como sinônimo de pessoas "civilizadas", exigiam a mostra de carteirinha que comprovassem que participavam de organizações desse cunho, como a da Frente Negra Brasileira, e aí sim cogitavam a admissão dessas mulheres. Estar em um movimento social, portanto, não sendo enxergado como uma ameaça ou incômodo, por ainda ter forte influência a percepção de que as pessoas negras seriam subserviente. Isso fez com que muitas mulheres passassem a participar desses núcleos e entidades, se educarem, e assim se conscientizavam da luta negra, dos seus direitos - da mesma forma, para outras famílias era mais um motivo para que não as aceitasse, entendendo a participação política como "vagabundagem", entre outras percepções pejorativas. As mulheres negras, participantes dos movimentos negros, buscaram desmascarar situações de

tensões e de exclusão nos espaços em que estavam presentes, especialmente no "mundo branco", nos locais onde elas ou suas companheiras trabalhavam e tinham contato. Com isso, contribuíram para a conquista de visibilidade delas enquanto sujeitos políticos, chamando outras mulheres para a construção de uma transformação na condição das pessoas negras.

Nas primeiras décadas do século XX a situação da mulher negra não era nada promissora. As jovens negras que viviam em cortiços, estavam fora de qualquer perspectiva de casamento. Segundo Florestan Fernandes (apud CORTÊS, 2006), as mães solteiras não tinham opções de trabalho, muitas vezes recorrendo à mendicância e à prostituição (...) "Recaía sobre elas uma série de estereótipos negativos, como lasciva, volúvel, mulher à-toa, prostituta." Assim, a preocupação de organizações e associações anti-racistas (que expressavam preocupações e posicionamentos a partir da imprensa) se assentava também na condição da mulher. Um dos principais dirigentes da FNB, em 1934, no I Congresso AfroBrasileiro ocorrido em Recife, fez um discurso relatando a situação.

Atualmente onde a mulher pode exercer sua atividade, é no funcionalismo, no professorado. (...) A maioria desiste, vendo os exemplos dolorosos e vão para a costura, condição máxima, que pode desejar a mulher que possui os "considerados" característicos da descendência africana (BARROS apud DOMINGUES, 2006, p. 356)

As mulheres negras formaram um enorme contingente no movimento negro, em entidades e associações anti-racistas no geral. Alguns militantes dizem que elas é que "faziam o movimento" (BARBOSA, 1998, p. 38). Assumiram posições de destaque a favor do que identificava como "população de cor", onde formaram delegações, núcleos de senhoras, diretorias femininas, clubes, casarões e como dito, davam aulas, cursos. A imposição de gênero, que definiam os papéis de homem e de mulher, delimitavam que essas continuavam devendo ser moças, futuras esposas e mães, cuidando dos filhos e das tarefas domésticas, em contrapartida dos homens, que deveriam ser os legítimos ocupantes dos espaços de decisão. Apesar disso, as mulheres negras se afirmaram e dedicaram aos movimentos negros, ativamente integradas.

Mulher negra como elo do movimento negro

As mulheres negras compunham massivamente diversos organismos do movimento negro brasileiro, muitas vezes especificamente a elas destinados. Na Frente Negra Brasileira

pode-se identificar As Rosas Negras, em que a comissão era destinada a elaboração de saraus e de festivais literários e dançantes. A relevância dessa comissão reside na importância que tinham esses eventos para o aumento da coesão dos fretenegrinos e o aumento do número de participantes destas frentes políticas. Os eventos, além de proporcionarem entretenimento, tinham o sentido de conscientizar a população. Outro organismo identificado seria A Cruzada Feminina, uma comissão que objetivava a preservação de trabalhos beneficentes, auxiliando no orçamento para prover material escolar, melhoramento da infraestrutura para as escolas das associações, garantir melhor êxito para a instrumentalização das comunidades negras, uniforme e assistência odontológica aos alunos nos cursos de formação social, garantir o aumento do número de assinantes dos jornais como o *A Voz da Raça* e, ainda, distribuir presentes para crianças no Natal (DOMINGUES, 2006). Todas essas iniciativas permeavam o fortalecimento do campo educacional e cultural das associações negras, especificamente aqui definidas as vinculadas à Frente Negra Brasileira. Mulheres como Jersen de Paula Barbosa, Francisca de Andrade, Celina Veiga, Aracy de Oliveira, Benedita Costa Paranhos, Sebastiana Vieira participaram dessas organizações. Essas mulheres se destacaram nos eventos públicos promovidos pelas associações anti-racistas e os organismos dos quais faziam parte. Não só participavam como coadjuvantes, mas como oradoras destes eventos, se posicionando e exclamando suas opiniões sobre o contexto e reivindicando as ações necessárias para superação da realidade das pessoas negras.

O movimento negro da época se preocupava com o código de civilidade, pois acreditavam que os negros deviam se capacitar de "aparências exteriores" (DOMINGUES, 2006) para que fossem integrados à sociedade. Agiam em torno de uma forma de adequação para enfrentar a realidade que lhes infligia. Assim, através de jornais publicizavam valores éticos, morais, culturais, ensinamentos de comportamento, de vestimenta. Isso marca a posição de onde escreviam esses negros, muitos participantes de situações sociais melhores do que a maioria dos outros, que até mesmo consideravam "incivilizados". Em função da educação, era defendido que as mulheres negras poderiam passar a ser tão ativas quanto as mulheres brancas, portanto, o que se aconselhava era a padronização destas mulheres para que fossem comparáveis em valor às mulheres brancas. Maria de Lourdes Rosário foi a mulher negra que mais escreveu para os jornais (no caso, da FNB), não necessariamente abordando o recorte de gênero e racial; "(...)Muito temos de lutar. Não arrefecemos. Prossigamos com ardor. A luta de uma raça que a quase dois séculos se iniciou. (apud DOMINGUES, 2006, p. 365)

Já Celina Veiga se dirigiu diretamente as mulheres negras, as encorajando ao

embate contra a discriminação

A mulher negra precisa hoje em dia enfrentar a mulher branca; para isso, temos as armas necessárias de combate, são as seguintes: tenhamos moralidade, amor aos nossos negrinhos; fazendo-lhes ver os deveres para com a Pátria; ilustrando a inteligência e o aperfeiçoamento das artes e ofícios, para as quais sentimos vocação, e, principalmente, concorrendo em tudo e por tudo com a mulher branca, pondo a nossa inteligência, o nosso preparo, a nossa atividade e o nosso patriotismo. (apud DOMINGUES, 2006, p. 366)

Na última edição de *A Voz da Raça*, onde já existia um espaço dedicado às mulheres negras identificado como Seção Feminina, é incentivada a participação dessas

Esperamos agora que você, amável leitora, contribua para a vitória desta iniciativa, mandando para esta redação a sua colaboração. Quando o seu trabalho não for publicado, o “Conselho da Razão” lhe dirá o porquê e, isso, com o fim de estimular as pessoas de boa vontade. (apud DOMINGUES, 2006, p. 369)

Dessa forma, pode ser constatado a centralidade que tomou o papel das mulheres negras no movimento negro da época. A ação delas foi essencial não só para manter a coesão e união dos associados às organizações negras (como da FNB), como para ampliar o horizonte de alcance dessas entidades. Estiveram presentes em toda a constituição do movimento negro brasileiro da época, e neles construindo seus próprios agrupamentos; marcaram a luta antirracista com a agitação das pessoas negras na luta pela dignidade, conscientizando-se em favor da cidadania como forma de resistência, se colocando em posições que de fato ampliavam o debate anti-racista e fortaleciam os espaços em que estes se davam.

Subjugadas pela historiografia, fundamentais nas memórias

As mulheres negras ocuparam um espaço dentro do movimento negro no Brasil que muitos enxergam como secundário. Não se pode anular a afirmativa de que essas não compuseram os cargos considerados, em época, centrais dessas entidades do movimento negro durante Primeira República. De fato, como pode ser visto na direção da Frente Negra Brasileira, a elas não eram conferidos estes espaços decisivos e de definição das associações, principalmente devido ao contexto da época que subjugava o papel da mulher negra. Mesmo que estas mulheres especificamente não fossem vistas com a fragilidade que estigmatizavam as mulheres brancas, e que a elas sempre pertenceu o espaço público - venda de seu emprego,

espaço em que deveriam estar para cumprir as funções a elas designadas pelas diferentes formas de trabalhos - sentiam duplamente o afastamento de posições de poder, autonomia política e defesa de seus próprios valores. A elas eram direcionadas as comissões consideradas pelos dirigentes masculinos como de menor importância, as recreativas e de assistência social, numa maneira de reforçar o “papel da mulher” na cosmovisão da sociedade naquele contexto. Entretanto, o que se busca no presente trabalho apresentar é justamente a centralidade que tinham essas funções. Ora, eram as mulheres negras que estavam dedicadas a lidar com o povo que se pretendia atingir, educar, integrar. Os eventos e atividades eram onde marcavam sua presença protagonista, e não só. Eram desses eventos e ações de que dependia toda a propagação da base ideológica dos movimentos negros da época. Nas escolas que se alfabetizava adultos, oferecendo a oportunidade de serem participantes do cenário políticos, e onde crianças e jovens negros e negras se integravam à realidade mudando seu futuro, principalmente por marcar a diferenciação de sua situação em relação aos seus ancestrais - impedidos de escolher que espaço social - educativo ou não - fazer parte. Nas ações de assistência era que as pessoas negras muitas vezes entendiam a necessidade de participar destas organizações e entidades, por perceberem que estas de alguma forma fortaleciam seus núcleos familiares e suas comunidades. Eram nos espaços recreativos que, independente de forma que estes assumiam, como clubes ou saraus, se consolidada a identidade negra e o fortalecimento do reconhecimento de unidade entre os diferentes sujeitos que ali se uniam e que o fenótipo, as músicas e poesias enfatizavam a mensagem de união por uma específica causa. Sendo assim, desconsiderar a mulher negra como não só sustentáculo das famílias negras, por serem massivamente elas que as mantinham, quanto do próprio movimento negro, onde se empenhavam em atividades que atingiam uma diversidade de sujeitos negros, é compreender parcialmente, e com pobreza de elucidação, o que foi e como se constituiu o movimento negro na Primeira República.

Os estudos que não reconhecem o papel das mulheres negras, ou o interpretam como subsidiário na constituição dos movimentos sociais negros, carecem de percepção da história que essas construíram, em que perpassaram todas as limitações que esbarravam no contexto social que atuavam. Ao insistir em uma análise unilateral do que foram e como se constituíram os movimentos negros da Primeira República, escanteamos quais as ações que de fato surtiram efeitos e tiveram impacto para a sociedade de época. É sabido como os clubes, por exemplo, ditaram toda uma forma de comportamento e percepção da população negra no início do século XX, portanto, é justo que se torne perceptível as mulheres que estavam por trás de toda a organização destes lugares de encontro e socialização tão fundamentais no histórico

negro do Brasil. Mesmo submetidas pelo racismo, que a designava puramente ao trabalho, e o machismo, que a submetia aos papéis considerados de menor relevância, a mulher negra se instrumentalizou dos aspectos que estavam em seu horizonte para garantir não só a sua emancipação, como a de seus filhos, filhas e outras tantas pessoas negras, e, de maneira geral, da percepção e valorização da presença negra no Brasil. Mesmo com as sintetizadas pesquisas e limitados estudos como este, por carência de mais fontes e maior aprofundamento nessas histórias e memórias, é indiscutível a presença fundamental destas mulheres no engajamento da luta do pós-abolição, em que incentivaram e compuseram os movimentos negros marcando a luta antirracista nesse país, que carrega o racismo em suas raízes e o expressa não só nas relações, como nas próprias políticas oficiais. Ainda que hoje se tenha registrado pouca participação das mulheres negras nos jornais e nos altos cargos, estas em seu histórico nunca deixou de pensar no destino dos seus, fazendo parte de todas as agendas desses movimentos negros.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Marcia Luiza Pires de; BICCAS, Maurilane de Souza. *A escola da frente negra brasileira na cidade de São Paulo (1931-1937)*. 2008.[s.n.], São Paulo, 2008.

CÔRTEZ, André. “Quem é a ‘Gente Negra Nacional’? Frente Negra Brasileira e A Voz da Raça (1933-1937)”. Dissertação de Mestrado. São Paulo: UNICAMP. Campinas, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”. *Tempo (Online)*, vol.12, n.23, pp.100-122, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. “Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil.” *Cad. Pagu (Online)*, n.28, pp.345-374, 2007.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; Gonçalves, Petronilha Beatriz. “Movimento negro e educação”. *Rev. Bras. Educ. (Online)*, n.15, pp.134-158, 2000.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. “Professores Negros na Primeira República”. In: *29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa - ANPED*. Mato Grosso, 2006.

RIBEIRO, Matilde. “Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing”. *Revista de Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 446-57, Rio de Janeiro, 1995.